

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S): Juliedson Rodrigues Bezerra, brasileiro, solteiro, agricultor, RG: 8436916 SDS/PE, CPF: 09338530418, residente e domiciliado na Rua Benjamim Constante, número 18, Flores, CEP: 56850-000, Flores/PE.

OUTORGADOS(S): **EDUARDO CORDEIRO DE SOUZA BARROS**, brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/PE sob o número 10.642, e **MARCEL WAGNER ANDRADA ALVES**, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE sob o número 39.958, ambos, com endereço profissional na sociedade **BARROS & MELO ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ nº 14.327.385/0001-00 e registrada na OAB/PE sob o nº 1.395, Travessa Sebastião Inácio, 21, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada/PE, CEP.: 56.903.411. Telefone/Fax: (087) 3831-3142.

PODERES: O(s) Outorgante(s) nomeia(m) e constitui (em) seu(s) bastante procurador(es), a quem confere(m) poderes da cláusula "ad judicium et extra" para, em qualquer juízo, instância ou Tribunal, e repartições públicas em geral, para defender os seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-los nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os. Confere, ainda, poderes especiais para confessar, acordar, discordar, desistir, reconvir, dar e receber quitação, prestar compromisso, firmar acordos, propor execuções, embargar ou impugnar, podendo praticar o(s) outorgado(s), todos os atos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa do(s) outorgante(s), e necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive substabelecer com ou sem reserva de iguais poderes.

Serra Talhada/PE, 22 de Dezembro de 2016.

Juliedson Rodrigues Bezerra
- Outorgante -

Travessa Sebastião Inácio, 21, sl. 01 e 02, N. Srª da Penha, Serra Talhada/PE - CEP 56.903-411 | Tel/Fax: (87) 3831-3142
www.barrosemelo.adv.br | escritorio@barrosemelo.adv.br

1



2
09
f

DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, Juliedson Rodrigues Bezerra, brasileiro, solteiro, agricultor,
RG: 8496916 SDS/PE, CPF: 09338530418, residente e domiciliado
na Rua Benjamin Constant, número 18, Flores, CEP: 56850-000,
Flores/PE.

DECLARO, para fins de prova junto a este juízo, que não tenho condições financeiras para arcar com o pagamento de taxas, emolumentos, custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, para a defesa dos meus direitos, sem sofrer prejuízo dos recursos indispensáveis ao sustento próprio e de sua família, declaração que faz sob as penas da lei e de sua própria responsabilidade, nos termos da Lei nº 1.060/1950 e artigos 98 a 102 do Código de Processo Civil de 2015.

Assim faz a presente declaração.

Serra Talhada/PE, 22 de Dezembro de 2016

Juliedson Rodrigues Bezerra





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 179ª CIRCUNSCRIÇÃO - FLORES - DP179ºCIRC
DINTER2/21ºDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **15E0269000551**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **30/09/2015** às **09:18**

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Culposo (Consumado) que aconteceu no dia 13/4/2015 às 14:15

Natureza Jurídica: **ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NÃO FATAL**
Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE FLORES, 1, PE 320 - SENTIDO CARNATIBA - PROXIMO AO HOSPITAL LOCAL** - Bairro: **CENTRO - FLORES/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

XXXXXXXXXXXX (AUTOR \ AGENTE)
JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA RODRIGUES BEZERRA Pai: CICERO NUNES BEZERRA Data de Nascimento: 29/4/1989 Naturalidade: SERRA TALHADA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 8496916/SDS/PE (RG), 09338530418 (CPF), 06434732780 (CNH) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A) Endereço Residencial: MUNICIPIO DE FLORES, 16, RUA BENJAMIM CONSTANTE - CENTRO - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - FLORES/PERNAMBUCO/BRASIL Detalhes/Observações: 87-998104019

XXXXXXXXXXXX - Ramo de Atividade: **NAO INFORMADO**

Nome do Representante, - Cargo do Representante, - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial; - Telefone de Contato: -

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA HONDA CG 150 TITAN ESD (VEICULO), que estava em posse do(a) Sr(a): JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFC3247 (PERNAMBUCO/SOLIDAO)** Renavam: **391088521** Chassi: **9C2KC1650CR501874**
Ano Fabricação/Modelo: **2011/2012** Combustível: **GASOLINA**

03/07/2016 12:56



Complemento / Observação

COMPARECEU A ESTA DELEGACIA DE POLICIA A VÍTIMA DE ACIDENTE JULIEDSON RODRIGUES RELATANDO QUE NO DIA E HORA MENCIONADA NESTE PROCEDIMENTO,IA PILOTANDO SUA MOTOCICLETA SENTIDO CARNAIBA,NA PRIMEIRA CURVA À DIREITA AO DESCER A LADEIRA DEU DE CARA COM UM ANIMAL,PERDEU O CONTROLE DO VEICULO VINDO A CAIR PASSOU UM CONHECIDO QUE DE IMEDIATO CHAMOU A AMBULANCIA DE FLORES QUE FEZ O SOCORRO ATÉ O HOSPITAL LOCAL, GENESIO FRANCISCO XAVIER, PARA OS PRIMEIROS ATENDIMENTOS,EM DECORRENCIA DA QUEDA,SOFREU UMA FRATURA E ESCORIAÇÕES CONFORME CONSTAM NO BOLETIM DE EMERGENCIA EM ANEXO. A MOTOCICLETA ESTÁ EM NOME DE LEANDRO RODRIGUES BEZERRA,IRMÃO DA VÍTIMA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **MARIA DO SOCORRO DA SILVA** - Matrícula: **221.495-4**



03/07/2016 12:56





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 179ª CIRCUNSCRIÇÃO - FLORES -
DP179ªCIRC DINTERZ/21ªDESEC**

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 16E0269000373

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **03/07/2016** às
20:39

Complementa o BO Numero: 15E0269000551

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposo (Consumado)
que aconteceu no dia 13/4/2016 às 14:16

Natureza Jurídica: **ACIDENTE DE TRANSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL**
Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE FLORES, 1, PE 320 - SENTIDO
CANNAIA - PROXIMO AO HOSPITAL LOCAL - Bairro: CENTRO
FLORES/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do fato: **NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência

XXXXXXXXXX (AUTOMÓVEL)
JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO (Usado na geração da ocorrência) - que estava em posse do(a) Sr(a):
JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe
MARIA RODRIGUES BEZERRA Pai: CICERO NUNES BEZERRA (Data de Nascimento:
28/4/1989) Naturalidade: SERRA TALHADA - PERNAMBUCO - BRASIL (Documento:
5438816/SDS/PE (RG), 88338838418 (CPF), 86434732786 (CNH) Estado Civil: SOLTEIRO(A)
Escolaridade: 2ª. GRAU COMPLETO Prof: 080 AGRICULTOR(A)
Endereço Residencial: MUNICIPIO DE FLORES, 18, RUA BENJAMIM CONSTANTE - CENTRO
- CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - FLORES/PERNAMBUCO/BRASIL**

XXXXXXXXXX - Ramo de Atividade: **NAO INFORMADO**

Assinado por Representante - Assinado por Representante - Assinado por Contador no
estabelecimento desta ocorrência - Assinado por Contador -

03/07/2016 20:39



Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA HONDA CG 150 TITAN ESD (VEICULO), que estava em posse do(a)
Sr(a): **JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA**
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFC3247 (PERNAMBUCO/SOLIDAO)** Renavam: **391082621** Chassi: **9C2KC1650CR501874**
Ano Fabricação/Modelo: **2011/2012** Combustível: **GASOLINA**

Complemento / Observação

COMPARECEU A ESTA DELEGACIA DE POLICIA A VITIMA DE ACIDENTE JULIEDSON RODRIGUES RELATANDO QUE NO DIA E HORA MENCIONADA NESTE PROCEDIMENTO, IA PILOTANDO SUA MOTOCICLETA SENTIDO CARNAIBA, NA PRIMEIRA CURVA Á DIREITA AO DESCER A LADEIRA DEU DE CARA COM UM ANIMAL, PERDEU O CONTROLE DO VEICULO VINDO A CAIR PASSOU UM CONHECIDO QUE DE IMEDIATO CHAMOU A AMBULANCIA DE FLORES QUE FEZ O SOCORRO ATÉ O HOSPITAL LOCAL, GENESIO FRANCISCO XAVIER, PARA OS PRIMEIROS ATENDIMENTOS, EM DECORRENCIA DA QUEDA, SOFREU UMA FRATURA E ESCORIAÇÕES CONFORME CONSTAM NO BOLETIM DE EMERGENCIA EM ANEXO. A MOTOCICLETA ESTÁ EM NOME DE LEANDRO RODRIGUES BEZERRA, IRMÃO DA VITIMA. ESTE BO FOI RETIFICADO, BUSCANDO ATENDER EXIGENCIA DA SEGURADORA, RELACIONADO A MECANICA DO ACIDENTE: QUE, A VITIMA JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA, CONDUZIA A MOTOCICLETA EM TELA, DE PROPRIEDADE DO SEU IRMÃO LEANDRO RODRIGUES BEZERRA, PELA RODOVIA PE-329, NO SENTIDO MUNICIPIO DE FLORES / MUNICIPIO DE CARNAIBA, QUANDO EM UMA CURVA Á DIREITA A VITIMA VEIO A SAIR DA RODOVIA E DESCER UM BARRANCO, E PARA NAO COLIDIR COM UM ANIMAL, FEZ UMA MANOBRA BRUSCA E PERDEU O CONTROLE CAINDO AO SOLO, TENDO UM CONHECIDO DA VITIMA QUE PASSAVA NA LOCALIDADE PEDIDO SOCORRO, SENDO A VITIMA SOCORRIDA PELA AMBULANCIA DO MUNICIPIO PARA O HOSPITAL LOCAL, ONDE RECEBEU ATENDIMENTO MEDICO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **ALEXANDRE BITTENCOURT SANTOS** - Matrícula: **272.710-2**

03/07/2016 20:36





PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES

Fundo Municipal de Saúde
Unidade Mista Genésio Francisco Xavier

BOLETIM DE EMERGÊNCIA

Data e Hora: 12.04.15 14:15	Nº Ocorrência:
Nome: Jaelson B. Bezerra	Data Nascimento: 29-12-87
Profissão: Agente	Sexo: M Doc. Ident.:
Fone:	SUS: 16207967449 0002
End.: Rua Benjamin Constant (Flores PE)	
Responsável: O próprio	
Tipo de Atendimento:	Acidente de Trânsito <input checked="" type="checkbox"/> Acidente de Trabalho <input type="checkbox"/> Agressão <input type="checkbox"/> Consulta <input type="checkbox"/>

Pressão Arterial:	HGT:	Pulso:	Temp.:	Peso:
História e Exame Físico:	Acidente moto Do 1º e Edema ombros Es querdos lig. \pm 1.8 litros e Exercícios com Hemostasia exta Esquerda e Exercícios perna Esquerda e Exercícios para o membro inferior referida			
Tratamento:	Soluto Rx Ombros Esquerda em AP curativos med. p/ anal.			
Impressão Diagnóstica:	Fratura Ombros Esquerda fraturas Externas Membros inferiores			
Destino do Paciente	Residência <input type="checkbox"/>	Internado <input type="checkbox"/>	Transferido <input type="checkbox"/>	
Removido para Hospital				
Óbito às	horas do dia			

Médico - Carimbo e CRM:

Dr. Carlos Roberto de Lima
CRM 305.774.004



SINISTRO 3160496422 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JULIEDSON RODRIGUES BESERRA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MBM

SEGURADORA S/A #772

BENEFICIÁRIO JULIEDSON RODRIGUES BESERRA

CPF/CNPJ: 09338530418

Posição em 31-10-2016 18:32:31

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 675,00

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
31/10/2016	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PE Nº 011715084661
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 391088521 R.N.T.C. ***** EXERCÍCIO 2015

NOME
LEANDRO RODRIGUES SERRA

SERRA TALHADA-PE

CPF / CNPJ
066.830.674-22

PLACA
BFC3247

PLACA ANT. / UF
***** / PE

CHASSI
9C2KC1650CR501874

ESPECIE TIPO
PAB - MOTOCICLETA

COMBUSTIVEL
ALCO/GASOL

MARCA / MODELO
HONDA/CG 150 TITAN E3D

ANO FAB. 2011 ANO MOD. 2012

CAP. / POT. / CIL.
22 / 149CL

CATEGORIA
PARTIC

COR PREDOMINANTE
VERMELHA

COTA ÚNICA
IPVA 2015 QUITADO

VENO / COTAS
1ª *****

FAIXA IPVA
1

PARCELAMENTO / COTAS

2ª *****
3ª *****

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)
SEGURO PAGO

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA

DOCUMENTO DE PORTA OBRIGATORIO
NÃO PRECISA PARA TRANSFERENCIA

SERRA TALHADA

DATA
14/04/15

Charles Andrews Sousa Ribeiro
Diretor Presidente DETRAN/PE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PE Nº 011715084661 BILHETE DE SEGURO DPVAT

LEANDRO RODRIGUES SERRA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

SERRA TALHADA-PE

EXERCÍCIO
2015

DATA EMISSÃO
14/04/15

VIA

CPF / CNPJ

PLACA

1

066.830.674-22

BFC3247

RENAVAM
391088521

MARCA / MODELO
HONDA/CG 150 TITAN E3D

ANO FAB.
2011

CAT. BIF.
99

Nº CHASSI
9C2KC1650CR501874

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)
SEGURO PAGO

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)

PAGAMENTO

DATA DE QUITAÇÃO

COTA ÚNICA

PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

www.seguradoralider.com.br

DESTAQUE O QUARTO DO BILHETE DPVAT
ELE NÃO É DE PORTA OBRIGATORIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JULIANDSON RODRIGUES SERRA



DOC. IDENTIDADE / DATA EMISSÃO / UF
4426216-808 PE

CPF
092.385.304-28

DATA NASCIMENTO
29/04/1989

RELACÃO
CICERO NUNES SERRA

MARIA RODRIGUES
SERRA

PROFISSÃO
PERMISSÃO

ACC

CAT. PAB.
A2

Nº REGISTRO
06434732780

VALIDADE
11/08/2016

HABILITAÇÃO
12/08/2015

OBSERVAÇÕES
Exerce Ativ. Remunerada

Juliandson Rodrigues Serra

LOCAL
SERRA TALHADA - PE

DATA EMISSÃO
13/08/2015

35242283740

PRO66678338

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1104253298

1104253298





Nota Fiscal - Fatura - Conta de Energia Elétrica

Concessionária: Companhia de Energia Elétrica do Estado de Pernambuco - CDEEP
Av. João de Barros, 100, São José, Recife, Pernambuco - CEP 51040-022
CNPJ 13.375.532/0001-08 (Insc. Est. 0005943-01) www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
MARIA EDVONIDE DA SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA BENJAMIM CONSTANTIN 18

CPE 090 577 4 05490 0847181327

FLORES FLORES
FLORES FLORES
52650-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA PRESSÃO - ANS
Mensal

CONTA CONTINUA 7018719333 MESADO 07/2015

DATA DE VENCIMENTO 31/07/2015 DATA DE PAGAMENTO 25/08/2015

INSCRIÇÃO ESTADUAL 030222048 SERIE UNICA 2407/2015

APPROVAÇÃO 14/07/2015 Nº DO CLIENTE 101788813 Nº DA UNIDADE 0378037

TOTAL A PAGAR (R\$) 19,32

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
Consumo Ativo - 130 kWh	13,0000000	0,14540036	1,89
Consumo Ativo - 130 kWh	13,0000000	0,24925780	3,24
Atividade Residencial - VERMELHA			1,50
Contribuição para o SUS - 14,33			0,27
Mutualidade - 0,0000000 - 7500015			0,03
Juros por atraso - 0,0000000 - 2500115			0,03
TOTAL DATA FISCAL 19,32			

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
MEDIDOR	EPD DA FUNÇÃO	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	M DE CONTANTE	ADJUSTE	CONSUMO (KWH)	
30110800	CA	24/07/15	04800	24/07/2015	05030	28	1,0000	27,00	

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DISTRIBUÍDAS				CONTRIBUIÇÃO DO CONSUMO	
MÊS/ANO (R\$)		DATA DE FISCALIZAÇÃO	%	VALOR (R\$) DISTRIBUÍDO		%	
ABR 15	27,00				Contribuição de Energia Elétrica	0,24	
MAY 15	27,00				Transmissão	0,42	
JUN 15	27,00				Distribuição (Cabo)	1,01	
JUL 15	27,00				Energia Gerada	1,25	
AUG 15	27,00				Outros	1,00	
SET 15	27,00				Total	16,92	
OCT 15	27,00						
NOV 15	27,00						
DEZ 15	27,00						
JAN 16	27,00						
FEB 16	27,00						
MAR 16	27,00						
ABR 16	27,00						
MAY 16	27,00						
JUN 16	27,00						
JUL 16	27,00						
AUG 16	27,00						
SET 16	27,00						
OCT 16	27,00						
NOV 16	27,00						
DEZ 16	27,00						
JAN 17	27,00						
FEB 17	27,00						
MAR 17	27,00						
ABR 17	27,00						
MAY 17	27,00						
JUN 17	27,00						
JUL 17	27,00						
AUG 17	27,00						
SET 17	27,00						
OCT 17	27,00						
NOV 17	27,00						
DEZ 17	27,00						
JAN 18	27,00						
FEB 18	27,00						
MAR 18	27,00						
ABR 18	27,00						
MAY 18	27,00						
JUN 18	27,00						
JUL 18	27,00						
AUG 18	27,00						
SET 18	27,00						
OCT 18	27,00						
NOV 18	27,00						
DEZ 18	27,00						
JAN 19	27,00						
FEB 19	27,00						
MAR 19	27,00						
ABR 19	27,00						
MAY 19	27,00						
JUN 19	27,00						
JUL 19	27,00						
AUG 19	27,00						
SET 19	27,00						
OCT 19	27,00						
NOV 19	27,00						
DEZ 19	27,00						
JAN 20	27,00						
FEB 20	27,00						
MAR 20	27,00						
ABR 20	27,00						
MAY 20	27,00						
JUN 20	27,00						
JUL 20	27,00						
AUG 20	27,00						
SET 20	27,00						
OCT 20	27,00						
NOV 20	27,00						
DEZ 20	27,00						
JAN 21	27,00						
FEB 21	27,00						
MAR 21	27,00						
ABR 21	27,00						
MAY 21	27,00						
JUN 21	27,00						
JUL 21	27,00						
AUG 21	27,00						
SET 21	27,00						
OCT 21	27,00						
NOV 21	27,00						
DEZ 21	27,00						
JAN 22	27,00						
FEB 22	27,00						
MAR 22	27,00						
ABR 22	27,00						
MAY 22	27,00						
JUN 22	27,00						
JUL 22	27,00						
AUG 22	27,00						
SET 22	27,00						
OCT 22	27,00						
NOV 22	27,00						
DEZ 22	27,00						
JAN 23	27,00						
FEB 23	27,00						
MAR 23	27,00						
ABR 23	27,00						
MAY 23	27,00						
JUN 23	27,00						
JUL 23	27,00						
AUG 23	27,00						
SET 23	27,00						
OCT 23	27,00						
NOV 23	27,00						
DEZ 23	27,00						
JAN 24	27,00						
FEB 24	27,00						
MAR 24	27,00						
ABR 24	27,00						
MAY 24	27,00						
JUN 24	27,00						
JUL 24	27,00						
AUG 24	27,00						
SET 24	27,00						
OCT 24	27,00						
NOV 24	27,00						
DEZ 24	27,00						
JAN 25	27,00						
FEB 25	27,00						
MAR 25	27,00						
ABR 25	27,00						
MAY 25	27,00						
JUN 25	27,00						
JUL 25	27,00						
AUG 25	27,00						
SET 25	27,00						
OCT 25	27,00						
NOV 25	27,00						
DEZ 25	27,00						
JAN 26	27,00						
FEB 26	27,00						
MAR 26	27,00						
ABR 26	27,00						
MAY 26	27,00						
JUN 26	27,00						
JUL 26	27,00						
AUG 26	27,00						
SET 26	27,00						
OCT 26	27,00						
NOV 26	27,00						
DEZ 26	27,00						
JAN 27	27,00						
FEB 27	27,00						
MAR 27	27,00						
ABR 27	27,00						
MAY 27	27,00						
JUN 27	27,00						
JUL 27	27,00						
AUG 27	27,00						
SET 27	27,00						
OCT 27	27,00						
NOV 27	27,00						
DEZ 27	27,00						
JAN 28	27,00						
FEB 28	27,00						
MAR 28	27,00						
ABR 28	27,00						
MAY 28	27,00						
JUN 28	27,00						
JUL 28	27,00						
AUG 28	27,00						
SET 28	27,00						
OCT 28	27,00						
NOV 28	27,00						
DEZ 28	27,00						
JAN 29	27,00						
FEB 29	27,00						
MAR 29	27,00						
ABR 29	27,00						
MAY 29	27,00						
JUN 29	27,00						
JUL 29	27,00						
AUG 29	27,00						
SET 29	27,00						
OCT 29	27,00						
NOV 29	27,00						
DEZ 29	27,00						
JAN 30	27,00						
FEB 30	27,00						
MAR 30	27,00						
ABR 30	27,00						
MAY 30	27,00						
JUN 30	27,00						
JUL 30	27,00						
AUG 30	27,00						
SET 30	27,00						
OCT 30	27,00						
NOV 30	27,00						
DEZ 30	27,00						
JAN 31	27,00						
FEB 31	27,00						
MAR 31	27,00						
ABR 31	27,00						
MAY 31	27,00						
JUN 31	27,00						
JUL 31	27,00						
AUG 31	27,00						
SET 31	27,00						
OCT 31	27,00						
NOV 31	27,00						
DEZ 31	27,00						
JAN 32	27,00						
FEB 32	27,00						
MAR 32	27,00						
ABR 32	27,00						
MAY 32	27,00						
JUN 32	27,00						
JUL 32	27,00						
AUG 32	27,00						
SET 32	27,00						
OCT 32	27,00						
NOV 32	27,00						
DEZ 32	27,00						
JAN 33	27,00						
FEB 33	27,00						
MAR 33	27,00						
ABR 33	27,00						
MAY 33	27,00						
JUN 33	27,00						
JUL 33	27,00						
AUG 33	27,00						
SET 33	27,00						
OCT 33	27,00						
NOV 33	27,00						
DEZ 33	27,00						
JAN 34	27,00						
FEB 34	27,00						
MAR 34	27,00						
ABR 34	27,00						
MAY 34	27,00						
JUN 34	27,00						
JUL 34	27,00						
AUG 34	27,00						
SET 34	27,00						
OCT 34	27,00						
NOV 34	27,00						
DEZ 34	27,00						
JAN 35	27,00						
FEB 35	27,00						
MAR 35	27,00						
ABR 35	27,00						
MAY 35	27,00						
JUN 35	27,00						
JUL 35	27,00						
AUG 35	27,00						
SET 35	27,00						
OCT 35	27,00						
NOV 35	27,00						
DEZ 35	27,00						
JAN 36	27,00						
FEB 36	27,00						
MAR 36	27,00						
ABR 36	27,00						
MAY 36	27,00						
JUN 36	27,00						
JUL 36	27,00						
AUG 36	27,00						
SET 36	27,00						
OCT 36	27,00						
NOV 36	27,00						
DEZ 36	27,00						
JAN 37	27,00						
FEB 37	27,00						
MAR 37	27,00						
ABR 37	27,00						
MAY 37	27,00						
JUN 37	27,00						
JUL 37	27,00						
AUG 37	27,00						
SET 37	27,00						
OCT 37	27,00						
NOV 37	27,00						
DEZ 37	27,00						
JAN 38	27,00						
FEB 38	27,00						
MAR 38	27,00						
ABR 38	27,00						
MAY 38	27,00						
JUN 38	27,00						
JUL 38	27,00						
AUG 38	27,00						
SET 38	27,00						
OCT 38							



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

0003714-25.2016.8.17.1370 Outros Ord

CGJPE
FLS. 18
1Cível Ou

CERTIDÃO

Certifico que na data de hoje, 23.12.16 recebi o presente feito, devidamente registrado eletronicamente sob o nº 0003714-25.2016.8.17.1370

O referido é verdade e dou fé.

Serra Talhada, 4 de janeiro de 2017

Ana Lúcia Ferreira dos Santos
Ana Lúcia Ferreira dos Santos
Chefe da Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Serra Talhada.

Do que para constar, lavrei este termo.

Serra Talhada, 4 de janeiro de 2017.

Ana Lúcia Ferreira dos Santos
Ana Lúcia Ferreira dos Santos
Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N – Tancredo Neves – CEP: 56.909-115
Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586
E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br

19
26

Processo nº: 3714-25.2016.8.17.1370

DESPACHO

INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado (a), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça o motivo pelo qual a presente ação foi proposta na comarca de Serra Talhada, uma vez que o domicílio da parte autora é localizado na cidade de Flores/PE, bem como o local do acidente também ocorreu na referida cidade, e, segundo art. 53, inciso V do CPC, em ações desta natureza, o ajuizamento deve ocorrer no local do domicílio do autor ou do réu, bem como, ainda, o local do acidente (REsp 1357813/RJ).

Cumprida ou não a diligência pela parte autora no prazo assinado, certifique-se nos autos e retornem conclusos para apreciação.

Serra Talhada/PE, 02 de fevereiro de 2017.


Diógenes Portela Saboia Soares Torres
Juiz Substituto





Estado de Pernambuco
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o edital/despacho/decisão/deliberação/sentença de fls. 19, foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico do TJPE nº 184/2017 do dia 06 de outubro de 2017, conforme se verifica no espelho de publicação em anexo. O certificado é verdade e dou fé. Serra Talhada, 06 de outubro de 2017.

Farias
Maria Catarina Lopes de Farias
Técnico Judiciário



Serra Talhada - 1ª Vara Cível

Juiz Substituto: Diógenes Portela Saboia Soares Torres

Chefe de Secretaria: Ana Lúcia Ferreira dos Santos Teixeira

Data: 05/10/2017

Pauta Nº 2017/007

Pelo presente, ficam os advogados intimados de: **DESPACHOS, DECISÕES e SENTENÇAS**, proferido por este JUÍZO, nos processos abaixo relacionados:

Processo nº 0000234-05.2017.8.17.1370

Natureza da Ação: COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

Requerente: JOSE LIMA BEZERRA

ADVOGADO: PE 39.958 – MARCEL WAGNER ANDRADA ALVES

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO: INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça o motivo pelo qual a presente ação foi proposta na comarca de Serra Talhada, uma vez que o domicílio da parte autora é localizado na cidade de Flores/PE, bem como o local do acidente também ocorreu na referida cidade, e, segundo art. 53, inciso V do CPC, em ações desta natureza, o ajuizamento deve ocorrer no local do domicílio do autor ou do réu, bem como, ainda, o local do acidente (REsp 1357813/RJ). Cumprida ou não a diligência pela parte autora no prazo assinado, certifique-se nos autos e retorne conclusos para apreciação. Serra Talhada/PE, 17 de fevereiro de 2017, **Diógenes Portela Saboia Soares Torres** - Juiz Substituto

Processo nº 0003714-25.2016.8.17.1370

Natureza da Ação: COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

Requerente: JULIEDSON RODRIGUES BEZERRA

ADVOGADO: PE 39.958 – MARCEL WAGNER ANDRADA ALVES

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO: INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça o motivo pelo qual a presente ação foi proposta na comarca de Serra Talhada, uma vez que o domicílio da parte autora é localizado na cidade de Flores/PE, bem como o local do acidente também ocorreu na referida cidade, e, segundo art. 53, inciso V do CPC, em ações desta natureza, o ajuizamento deve ocorrer no local do domicílio do autor ou do réu, bem como, ainda, o local do acidente (REsp 1357813/RJ). Cumprida ou não a diligência pela parte autora no prazo assinado, certifique-se nos autos e retorne conclusos para apreciação. Serra Talhada/PE, 02 de fevereiro de 2017, **Diógenes Portela Saboia Soares Torres** - Juiz Substituto

Processo nº 0003744-60.2016.8.17.1370

Natureza da Ação: COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

Requerente: HAILTON CESAR SANTANA SILVA

ADVOGADO: PE 39.958 – MARCEL WAGNER ANDRADA ALVES

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO: INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado (a), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos comprovante de residência atualizado em seu nome (últimos 3 meses), e, ademais, esclareça o motivo pelo qual a presente ação foi proposta na comarca de Serra Talhada, uma vez que o seu domicílio é localizado na cidade de Caraçá, bem como o local do acidente também ocorreu na referida cidade, e, segundo art. 53, inciso V do CPC, em ações desta natureza, o ajuizamento deve ocorrer no local do domicílio do autor ou do réu, bem como, ainda, o local do acidente (REsp 1357813/RJ). Cumprida ou não a diligência pela parte autora no prazo assinado, certifique-se nos autos e retorne conclusos para apreciação. Serra Talhada/PE, 25 de janeiro de 2017, **Diógenes Portela Saboia Soares Torres** - Juiz Substituto

Processo nº 0000584-37.2010.8.17.1370

Natureza da Ação: INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS

Requerentes: TONY RUBENS DA SILVA FERREIRA

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO: PE 23.267-D – CECILIO TIBURTINO CAVALCANTE DE LIMA

REQUERIDO: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO – CELPE

ADVOGADO: PE 19.353 – BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI

DESPACHO: Recebo o recurso de apelação, observando-se, quanto aos efeitos, o que dispõe o art. 1.012 do Código de Processo Civil. Nos termos do art. 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, **INTIME-SE** o(a) apelado(a) para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze)





Estado de Pernambuco
PODER JUDICIÁRIO

Processo nº 0003714-25.2016.8.17.137070

CERTIDÃO

Certifico que, decorreu prazo da citação/intimação de fls. 21, sem qualquer manifestação/contestação por quem de direito. O referido é verdade dou fê.

Serra Talhada, 30 de janeiro de 2018.


Maria Catarina Lopes de Farias
Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Serra Talhada.
Do que para constar, lavrei este termo.

Serra Talhada, 30 de janeiro de 2018.


Maria Catarina Lopes de Farias
Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N – Tancredo Neves – CEP: 56.909-115
Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586
E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br

Processo nº: 0003714-25.2016.8.17.1370

DECISÃO

A parte autora, dados qualificativos expressos na exordial, ajuizou(ram) a presente ação de cobrança contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente identificado(a), alegando, em suma, que sofreu acidente de trânsito, situação que lhe acarretou invalidez em virtude de lesões corporais, razão pela qual entende fazer jus à indenização relacionada ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT no valor pleiteado na exordial.

A petição inicial foi instruída com documentos.

Tendo em vista que o domicílio da parte autora é localizado na cidade de FLORES/PE, bem como o local do acidente também ocorreu na referida localidade, determinou-se a intimação do(a) promovente para esclarecer o motivo pelo qual a presente demanda foi proposta na comarca de Serra Talhada/PE.

Não houve resposta.

Este é o relatório.

Tudo bem visto e ponderado, **DECIDO**.

Acerca do Juízo competente para processar e julgar as ações de cobrança do seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, em julgamento de recurso especial repetitivo, o Superior Tribunal de Justiça assim decidiu:

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma).

2. No caso concreto, recurso especial provido.

(STJ, REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013) (g.n.)

Conforme dispõe o art. 927, III, do CPC, os juízes e os tribunais deverão atentar para “os *acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos*”.

Sobre o tema, trago à colação o Enunciado nº 170 do FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS, *in verbis*: “As decisões e precedentes previstos nos incisos do caput do art. 927 são vinculantes aos órgãos jurisdicionais a eles submetidos.

Trata-se, portanto, de **precedente obrigatório**.

Diógenes Portela S. S. Torres
Juiz de Direito

Página 1





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N - Tancredo Neves - CEP: 56.909-115
Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586
E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br

Processo nº: 0003714-25.2016.8.17.1370

mesmo porque, a despeito de ter a finalidade primordial de resguardar interesses privados, também há, sem dúvida alguma, interesse público na análise de adequação da (in)competência relativa.

Tratando acerca da necessidade de escolha do juízo adequando para processar e julgar demandas, Fredie Didier Jr.² se manifesta da seguinte forma:

[...]. Escolher o foro dentre aqueles em tese competentes é direito potestativo do autor. Há várias razões para a escolha, mas a principal parece ser a existência de diferença nas regras de direito material ou processual entre os diversos foros, fato muito frequente nos casos de competência internacional e em federações como a estadunidense, em que a competência legislativa do Estado-membro é bem extensa.

É absolutamente natural que, havendo vários foros competentes, o autor escolha aquele que acredita ser o mais favorável aos seus interesses. É do jogo, sem dúvida. O problema é conciliar o exercício desse direito potestativo com a proteção da boa-fé. **Essa escolha não pode ficar imune à vedação ao abuso do direito, que é exatamente o exercício do direito contrário à boa-fé.**

É certo que vige no direito processual o princípio da boa-fé, que torna ilícito o abuso do direito. Também é certo que o devido processo legal impõe um processo adequado, que, dentre outros atributos, é aquele que se desenvolve perante um **juízo adequadamente competente**. A exigência de uma competência adequada é um dos corolários dos princípios do devido processo legal, da adequação e da boa-fé. Pode-se inclusive falar em um princípio da competência adequada. [...]. (g.n.)

Ademais, a aplicação da Súmula nº 33 do STJ não deve ser feita de modo a subverter o sistema jurídico e autorizar a violação do princípio constitucional do juiz natural, previsto no art. 5º, LIII da CRFB.

As normas infraconstitucionais de competência territorial, constantes no Código de Processo Civil, nos artigos 94 a 100, vêm a delimitar e distribuir territorialmente a competência jurisdicional dos órgãos do Judiciário em diversas hipóteses, exatamente com o intuito de preservar a competência natural de todo Juízo, respeitando o que determinou a CRFB, não cabendo à parte escolher aleatoriamente onde ajuizará seu pedido fora da previsão do CPC, pois, se assim fosse, nos termos do que defende a parte autora, sua causa poderia estar tramitando no Rio Grande do Sul, no vizinho Estado da Paraíba ou no Estado do Amazonas e aqueles juízes não poderiam impedir porque se trata de competência territorial.

Pois bem.

O caso dos autos retrata mais uma ação de cobrança de seguro de DPVAT. Todavia, a demanda ora em análise, assim como diversas outras que tramitam nesta comarca, apresenta peculiaridades, quais sejam: em Serra Talhada **não reside a parte autora**; aqui **não ocorreu o acidente**; e também **não é o domicílio da parte demandada**.

Em situação de normalidade, obedecendo à legislação infraconstitucional e ao posicionamento exarado pelo STJ, não seria o caso de declarar de ofício a incompetência relativa. Entretanto, a situação verificada nesta comarca de Serra Talhada foge aos padrões da normalidade, e, sendo assim, medidas excepcionais merecem ser adotadas. Explico,

Em pesquisa realizada no sistema JUDWIN, de 01/12/2016 a 09/02/2017, impressionantes 153 (cento e cinquenta e três) ações de cobrança de seguro DPVAT foram

² <http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-67/>

Diógenes Portela S. S. Torres
Juiz de Direito

Página 3





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N – Tancredo Neves – CEP: 56.909-115
Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586
E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br

Processo nº: 0003714-25.2016.8.17.1370

A legislação processual tem como destinatária toda a sociedade e, portanto, o Magistrado deve analisar livremente as questões atinentes ao ajuizamento do feito.

Neste sentido, colaciono os seguintes excertos jurisprudenciais:

“Responsabilidade Civil. Acidente de trânsito. Seguro Obrigatório (DPVAT). Ação de cobrança de seguro obrigatório. Decisão de Primeiro Grau em que foi reconhecida a incompetência do Juízo, sob o fundamento de o local onde o patrono mantém escritório não ser o foro competente para o ajuizamento da ação. Posicionamento acertado. Possibilidade de reconhecimento de ofício. Impedir a escolha aleatória de comarca estranha as possibilidades oferecidas pela lei para distribuição da ação é atuar em favor de norma de ordem pública. Princípio do juiz natural. Inadmissibilidade do ajuizamento da ação por conveniência do patrono do autor. Exegese do artigo 100, parágrafo único, do CPC. Ação deve ser proposta no foro do domicílio do autor, do da ré, ou, ainda, do local do acidente de veículo. Recurso não provido, mantendo-se a r. decisão guerreada.”

(TJ-SP, Agravo de instrumento nº 2016467-35.2014.8.26.0000, Rel. Des. Carlos Nunes, j. 24/02/14) (g.n.)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que declinou da competência e determinou a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de Osasco. Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Autor que reside em Osasco-SP, local também onde se deu o acidente. Ré que possui domicílio no Rio de Janeiro-RJ. Impossibilidade de ajuizamento da ação na Comarca de São Paulo. Determinação de remessa dos autos a Comarca de Osasco, competente para julgamento do feito. Decisão mantida.”

(TJ-SP, Agravo de instrumento nº 2169941-26.2014.8.26.0000, Rel. Des. Mario A. Silveira, j. 13/10/14) (g.n.)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que declinou da competência e determinou a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de Vargem Grande Paulista. Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Autor que reside em Vargem Grande Paulista, local também onde se deu o acidente. Ré que possui domicílio no Rio de Janeiro-RJ. Impossibilidade de ajuizamento da ação na Comarca de São Paulo. Determinação de remessa dos autos a Comarca de Vargem Grande Paulista, competente para julgamento do feito. Decisão mantida.”

(TJ-SP, Agravo de instrumento nº 2150463-32.2014.8.26.0000, Rel. Des. Mario A. Silveira, j. 15/09/14) (g.n.).

“COMPETÊNCIA DPVAT. Recurso Especial Repetitivo (1.357.813 RJ) Eleição do autor o foro de ajuizamento da demanda, sendo possíveis os seguintes: o do local do acidente ou o domicílio do próprio autor (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma) Local do escritório do patrono que não pode ser levado em consideração, sob pena de infringência da norma processual. Endereço da agência ou sucursal prevista na alínea b' apenas aplicável para as obrigações por ela assumidas Infringência ao princípio do juiz natural Possibilidade de conhecimento de ofício.”

(TJ-SP, Agravo de instrumento nº 2091380-85.2014.8.26.0000, Rel. Des. Sá Moreira de Oliveira, j. 31/07/14) (g.n.)

“EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA AÇÃO PROPOSTA CONTRA FILIAL DA SEGURADORA RÉ É ONDE SE ENCONTRA DOMICILIADO O ADVOGADO DO AUTOR IMPOSSIBILIDADE DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO FORO DO DOMICÍLIO DO AUTOR INCOMPETÊNCIA RELATIVA RECONHECIDA DE OFÍCIO POSSIBILIDADE SITUAÇÃO PROCESSUAL EXCEPCIONAL DECISÃO MANTIDA. Agravo de Instrumento improvido.”

Diógenes Pereira S. S. Torres
Juiz de Direito

Página 5





Estado de Pernambuco
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o despacho/decisão/deliberação/sentença/edital de fls. 23/25V,
foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico do TJPE, nº 37/2018, do dia 26 de
fevereiro de 2018, conforme se verifica no espelho de publicação em anexo. O
Certificado é Verdade. Dou fé. Serra Talhada/PE, 27 de fevereiro de 2018.


Márcia Jeano Nogueira da Costa Pereira
Técnica Judiciária



27
e

Serra Talhada/PE. A situação inaceitável, pois a competência jurisdicional, repito, é determinada pelas regras do Código de Processo Civil, e não para comodidade de acompanhamento processual pelo(a) causídico(a), como forma de vincular uma prestação jurisdicional, sob a égide do argumento de que não deve ser efetuada a declinação de ofício da competência relativa. O Código de Processo Civil é, na verdade, um instrumento para aplicação do direito substantivo, e não pode ser utilizado como entrave da prestação jurisdicional ou como benefício a conveniência das partes. A legislação processual tem como destinatária toda a sociedade e, portanto, o Magistrado deve analisar livremente as questões atinentes ao ajuizamento do feito. Neste sentido, colaciono os seguintes excertos jurisprudenciais: "Responsabilidade Civil. Acidente de trânsito. Seguro Obrigatório (DPVAT). Ação de cobrança de seguro obrigatório. Decisão de Primeiro Grau em que foi reconhecida a incompetência do Juízo, sob o fundamento de o local onde o patrono mantém escritório não ser o foro competente para o ajuizamento da ação. Posicionamento acertado. Possibilidade de reconhecimento de ofício. Impedir a escolha alcatória de comarca estranha as possibilidades oferecidas pela lei para distribuição da ação é atuar em favor de norma de ordem pública. Princípio do juiz natural. **Inadmissibilidade do ajuizamento da ação por conveniência do patrono do autor. Exegese do artigo 100, parágrafo único, do CPC. Ação deve ser proposta no foro do domicílio do autor, do da ré, ou, ainda, do local do acidente de veículo.** Recurso não provido, mantendo-se a r. decisão guerreada." (TJ-SP. Agravo de instrumento nº 2016467-35.2014.8.26.0000, Rel. Des. Carlos Nunes, j. 24/02/14) (g.n.) "AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que declinou da competência e determinou a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de Osasco. **Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Autor que reside em Osasco-SP, local também onde se deu o acidente. Ré que possui domicílio no Rio de Janeiro-RJ. Impossibilidade de ajuizamento da ação na Comarca de São Paulo. Determinação de remessa dos autos a Comarca de Osasco, competente para julgamento do feito. Decisão mantida.**" (TJ-SP. Agravo de instrumento nº 2169941-26.2014.8.26.0000, Rel. Des. Mario A. Silveira, j. 13/10/14) (g.n.) "AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que declinou da competência e determinou a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de Vargem Grande Paulista. **Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Autor que reside em Vargem Grande Paulista, local também onde se deu o acidente. Ré que possui domicílio no Rio de Janeiro-RJ. Impossibilidade de ajuizamento da ação na Comarca de São Paulo. Determinação de remessa dos autos a Comarca de Vargem Grande Paulista, competente para julgamento do feito. Decisão mantida.**" (TJ-SP. Agravo de instrumento nº 2150463-32.2014.8.26.0000, Rel. Des. Mario A. Silveira, j. 15/09/14) (g.n.) "COMPETÊNCIA DPVAT. Recurso Especial Repetitivo (1.357.813 RJ). **Elocação do autor o foro de ajuizamento da demanda, sendo possíveis os seguintes: o do local do acidente ou o domicílio do próprio autor (parágrafo único do art. 100 do Código do Processo Civil); bem como o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma) Local do escritório do patrono que não pode ser levado em consideração, sob pena de infringência da norma processual.** Endereço da agência ou sucursal prevista na alínea 'b' apenas aplicável para as obrigações por ela assumidas. Infringência ao princípio do juiz natural. Possibilidade de conhecimento de ofício." (TJ-SP. Agravo de instrumento nº 2091380-85.2014.8.26.0000, Rel. Des. Sá Moreira de Oliveira, j. 31/07/14) (g.n.) "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT COBRANCA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA AÇÃO PROPOSTA CONTRA FILIAL DA SEGURADORA RÉ E ONDE SE ENCONTRA DOMICILIADO O ADVOGADO DO AUTOR. **IMPOSSIBILIDADE DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO FORO DO DOMICÍLIO DO AUTOR INCOMPETÊNCIA RELATIVA RECONHECIDA DE OFÍCIO POSSIBILIDADE SITUAÇÃO PROCESSUAL EXCEPCIONAL DECISÃO MANTIDA** Agravo de instrumento improvido." (TJ-SP. Agravo de instrumento nº 2097644-21.2014.8.26.0000, Rel. Des. Jayme Queiroz Lopes, j. 10/07/14) (g.n.) Finalmente, constatando-se que a parte autora reside em comarca diversa, às vezes bem distante, vislumbra-se também um prejuízo ao próprio jurisdicionado, pois o ajuizamento em Serra Talhada dificultará sobremaneira a prática de determinados atos de forma pessoal, pelo que deve a ação tramitar na comarca de seu domicílio. ANTE O EXPOSTO, declaro-me incompetente para processar e julgar a demanda ora em análise, e, por consequência, após o decurso do prazo para interposição de recursos, **determino a remessa dos autos para o foro competente, que no caso é a Comarca de FLORES/PE.** Serra Talhada/PE, 19 de fevereiro de 2018. Diógenes Portela Saboia Soares Torres. Juiz de Direito

PROCESSO Nº 0003714-25.2016.8.17.1370

Natureza da Ação: Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT

Requerente: Juliedson Rodrigues Bezerra

Advogado: OAB/PE nº 10.642 – Dr. Eduardo Cordeiro de Souza Barros

Advogado: OAB/PE nº 39.956 – Dr. Marcel Wagner Andrada Alves

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A

DECISÃO: A parte autora, dados qualificativos expressos na exordial, ajuizou(ram) a presente ação de cobrança contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente identificado(a), alegando, em suma, que sofreu acidente de trânsito, situação que lhe acarretou invalidez em virtude de lesões corporais, razão pela qual entende fazer jus à indenização relacionada ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT no valor pleiteado na exordial. A petição inicial foi instruída com documentos. Tendo em vista que o domicílio da parte autora é localizado na cidade de FLORES/PE, bem como o local do acidente também ocorreu na referida localidade, determinou-se a intimação do(a) promovente para esclarecer o motivo pelo qual a presente demanda foi proposta na comarca de Serra Talhada/PE. Não houve resposta. Este é o relatório. Tudo bem visto e ponderado, **DECIDO**. Acerca do Juízo competente para processar e julgar as ações de cobrança do seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, em julgamento de recurso especial repetitivo, o Superior Tribunal de Justiça assim decidiu: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. **Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma).** 2. No caso concreto, recurso especial provido. (STJ, REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013) (g.n.) Conforme dispõe o art. 927, III, do CPC, os juízes e os tribunais deverão atentar para "os acordos em incidente de assunção de competência ou de **resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos**". Sobre o tema, trago à colação o Enunciado nº 170 do FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CÍVILS, *in verbis*: "As decisões e precedentes previstos nos incisos do caput do art. 927 são vinculantes aos órgãos jurisdicionais e eles submetidos. Trata-se, portanto, de **precedente obrigatório**". Com o advento da Lei nº 13.105/2015 (novo CPC) o paradigma traçado pela Corte Cidadã não foi modificado, pois os arts. 46, caput, e 53, V, todos do CPC, estabelecem o seguinte: "Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. [...] Art. 53. É competente o foro: [...] V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves." Desta forma, a **critério** do(a) interessado(a), a ação de cobrança de valores relacionados ao seguro DPVAT pode ser ajuizada (a) no local onde ocorreu o acidente; (b) no foro do domicílio da parte autora; ou (c) no foro do domicílio do réu. Não desconheço que, **em regra**, na forma do § 1º do art. 54 do



28

CPC, apenas a incompetência absoluta pode ser conhecida de ofício pelo julgador. Aliás, a falta de alegação em momento oportuno acarreta a prorrogação da (in)competência relativa, nos moldes do art. 65, caput, do mesmo diploma processual civil. A propósito, há muito o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento segundo o qual "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula nº 33). Contudo, o ordenamento jurídico não pode ser analisado de maneira fragmentada, como se inexistisse ligação entre os mais diversos ramos e temas do Direito. Impõe-se, justamente por isso, realizar uma interpretação sistêmica, sob a premissa de que nesta modalidade de interpretação deve-se enfrentar "[...] questões de compatibilidade num todo estrutural, ou seja, compreende o ordenamento jurídico como um todo dotado de unidade e, por isso mesmo, regido por cânones de hierarquia (norma superior prevalece sobre a inferior), temporalidade (norma mais nova revoga a norma mais antiga) e especialidade (norma especial não revoga a norma geral, mas cria uma situação de coexistência, sendo aplicada no que for esta especialidade)". 26. Nesse contexto, se de um lado a competência relativa, como regra, não pode ser conhecida de ofício pelo Juiz, de outro o art. 5º do CPC determina que "aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé", sendo que "Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva" (art. 6º do CPC). Não bastasse isso, o diploma processual civil estipula que "Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência" (art. 8º do CPC). Assim, interpretando os dispositivos legais acima indicados, entendo que mesmo considerado a hipótese de (in)competência relativa, deve a parte verificar qual o Juízo mais adequado para apreciar a demanda, sob o prisma da boa-fé e do princípio da cooperação, até mesmo porque, a despeito de ter a finalidade primordial de resguardar interesses privados, também há, sem dúvida alguma, interesse público na análise de adequação da (in)competência relativa. Tratando acerca da necessidade de escolha do Juízo adequando para processar e julgar demandas, Fredie Didier Jr. 27 se manifesta da seguinte forma: "[...] Escolher o foro dentre aqueles em tese competentes é direito potestativo do autor. Há várias razões para a escolha; mas a principal parece ser a existência de diferença nas regras de direito material ou processual entre os diversos foros, fato muito frequente nos casos de competência internacional e em federações como a estadunidense, em que a competência legislativa do Estado-membro é bem extensa. É absolutamente natural que, havendo vários foros competentes, o autor escolha aquele que acredita ser o mais favorável aos seus interesses. É do jogo, sem dúvida. O problema é conciliar o exercício desse direito potestativo com a proteção da boa-fé. Essa escolha não pode ficar imune à vedação ao abuso do direito, que é exatamente o exercício do direito contrário à boa-fé. É certo que vige no direito processual o princípio da boa-fé, que torna ilícito o abuso do direito. Também é certo que o devido processo legal impõe um processo adequado, que, dentre outros atributos, é aquele que se desenvolve perante um Juízo adequadamente competente. A exigência de uma competência adequada é um dos corolários dos princípios do devido processo legal, da adequação e da boa-fé. Pode-se inclusive falar em um princípio da competência adequada [...] (g.n.). Ademais, a aplicação da Súmula nº 33 do STJ não deve ser feita de modo a subverter o sistema jurídico e autorizar a violação do princípio constitucional do juiz natural, previsto no art. 5º, LIII da CRFB. As normas infraconstitucionais de competência territorial, constantes no Código de Processo Civil, nos artigos 94 a 100, vêm a delimitar e distribuir territorialmente a competência jurisdicional dos órgãos do Judiciário em diversas hipóteses, exatamente com o intuito de preservar a competência natural de todo Juízo, respeitando o que determinou a CRFB, não cabendo à parte escolher aleatoriamente onde ajuizará seu pedido fora da previsão do CPC, pois, se assim fosse, nos termos do que defende a parte autora, sua causa poderia estar tramitando no Rio Grande do Sul, no vizinho Estado da Paraíba ou no Estado do Amazonas e aqueles juízes não poderiam impedir porque se trata de competência territorial. Pois bem. O caso dos autos retrata mais uma ação de cobrança de seguro de DPVAT. Todavia, a demanda ora em análise, assim como diversas outras que tramitam nesta comarca, apresenta peculiaridades, quais sejam: em Serra Talhada não reside a parte autora; aqui não ocorreu o acidente; e também não é o domicílio da parte demandada. Em situação de normalidade, obedecendo à legislação infraconstitucional e ao posicionamento exarado pelo STJ, não seria o caso de declarar de ofício a incompetência relativa. Entretanto, a situação verificada nesta comarca de Serra Talhada foge aos padrões da normalidade, e, sendo assim, medidas excepcionais merecem ser adotadas. Explico. Em pesquisa realizada no sistema JUDWIN, de 01/12/2016 a 09/02/2017, impressionantes 153 (cento e cinquenta e três) ações de cobrança de seguro DPVAT foram ajuizadas em nesta comarca Serra Talhada, sendo grande parte delas relacionadas a pessoas que não residem neste município e aqui não se acidentaram. Verifico demandas que, em tese, deveriam ter sido ajuizadas nas cidades de Triunfo-PE, Floresta-PE, Floresta-PE, Tabira-PE, Afogados da Ingazeira-PE, São José do Egito-PE, e, pasmem, algumas cidades do Estado da Bahia. O ajuizamento indiscriminado de ações de cobrança de seguro DPVAT quando manifestamente incompetente (relativa) o foro da comarca de Serra Talhada produz indevida concentração de demandas em um único Juízo, gerando necessariamente o retardamento da prestação jurisdicional como um todo. Ademais, por cautela, impede esclarecer que jamais verifiquei alegação de incompetência suscitada pela SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, o que contribui para a perpetuação da mencionada (in)competência relativa. Com isso, se por um lado, como regra, a incompetência relativa não deve ser reconhecida de ofício, por outro, os números indicam evidente abuso de direito no ajuizamento de ações de cobrança de seguro DPVAT em Serra Talhada, situação que deve ser rechaçada e controlada pelo Poder Judiciário, inclusive porque, quando intimada para justificar o manejo da demanda no Juízo incompetente (relativa), a parte autora nada de relevante apresentou. Embora se reconheça a aplicação da Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça, o caso em epígrafe é especial, pois o local de ajuizamento da ação não encontra base em qualquer regra processual, não se podendo admitir a escolha aleatória da Comarca em afronta às possibilidades da lei, o que violaria, ainda, o princípio constitucional do juiz natural. Não obstante a consideração de que a competência territorial é relativa, não sendo passível de análise de ofício pelo Juízo, as normas da CRFB não podem ser olvidadas, cabendo ao Julgador fiscalizar se a demanda foi proposta nos Juízos expressamente previstos no CPC. A lei infraconstitucional tem seus limites e parâmetros na Lei Constitucional, de modo que Juiz natural é qualquer daqueles que estejam indicados no CPC, nenhum outro. In casu, a parte autora criou uma regra nova de distribuição da competência territorial, escolhendo, inadvertidamente, o Juízo da Comarca do Serra Talhada, o que deve ser rechaçado porque a ninguém é dado escolher este ou aquele Juiz para sua causa. Importante salientar que não se deve confundir a liberdade que a parte tem para ajuizar o feito nos ditames da legislação processual e a competência ser determinada em razão do escritório do(a) patrono(a), como foi feito no caso em tela, o que se observa da procuração outorgada pela parte autora, dando conta de que o escritório do(a) advogado(a) está localizado na Comarca em que ajuizada a ação, ou seja, Serra Talhada/PE. A situação inaceitável, pois a competência jurisdicional, repito, é determinada pelas regras do Código de Processo Civil, e não para comodidade de acompanhamento processual pelo(a) causidico(a), como forma de vincular uma prestação jurisdicional, sob a égide do argumento de que não deve ser efetuada a declinação de ofício da competência relativa. O Código de Processo Civil é, na verdade, um instrumento para aplicação do direito substantivo, e não pode ser utilizado como entrave da prestação jurisdicional ou como benefício e conveniência das partes. A legislação processual tem como destinatária toda a sociedade e, portanto, o Magistrado deve analisar livremente as questões afinentes ao ajuizamento do feito. Neste sentido, colaciono os seguintes expertos jurisprudenciais: "Responsabilidade Civil. Acidente de trânsito. Seguro Obrigatório (DPVAT). Ação de cobrança de seguro obrigatório. Decisão de Primeiro Grau em que foi reconhecida a incompetência do Juízo, sob o fundamento de o local onde o patrono mantém escritório não ser o foro competente para o ajuizamento da ação. Posicionamento acertado. Possibilidade de reconhecimento de ofício. Impedir a escolha aleatória de comarca estranha às possibilidades oferecidas pela lei para distribuição da ação é atuar em favor de norma de ordem pública. Princípio do juiz natural. Inadmissibilidade do ajuizamento da ação por conveniência do patrono do autor. Exegese do artigo 100, parágrafo único, do CPC. Ação deve ser proposta no foro do domicílio do autor, do da ré, ou, ainda, do local do acidente de veículo. Recurso não provido, mantendo-se a r. decisão guerreada." (TJ-SP, Agravo de Instrumento nº 2016467-35/2014, 8.26.0000, Rel. Des. Carlos Nunes, j. 24/02/14) (g.n.). "AGRAVO DE INSTRUMENTO Interposição contra decisão que declinou da competência e determinou a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis da Comarca de Osasco. Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Autor que reside em Osasco-SP, local também onde se deu o acidente. Ré que possui domicílio no Rio de Janeiro-RJ. Impossibilidade de ajuizamento da ação na Comarca do São Paulo. Determinação de remessa dos autos a Comarca de





Estado de Pernambuco
PODER JUDICIÁRIO

Processo nº 3714-25-2016

CERTIDÃO

Certifico que, até a presente data, decorrido o prazo legal ou judicial fixado, não houve resposta nem apresentação de qualquer manifestação sobre a citação/intimação/despacho/decisão/ofício/edital/AR ou carta precatória de fls. 96/28 —. O referido é verdade dou fê. Serra Talhada, 30 de maio de 2018.

Ana Lúcia Ferreira dos Santos Teixeira
Chefe de Secretaria

REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos à Comarca de Flores-PE, em cumprimento a decisão de fls. 23/25v.

Serra Talhada, 30 de maio de 2018.

Ana Lúcia Ferreira dos Santos Teixeira
Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N – Tancredo Neves – CEP: 56.909-115
Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586
E-mail: vciv01.serratalhada@tjpe.jus.br

Processo nº: 0003714-25.2016.8.17.1370

(TJ-SP. Agravo de instrumento n.º 2097644-21.2014.8.26.0000, Rel. Des. Jayme Queiroz Lopes, j. 10/07/14) (g.n.)

Finalmente, constatando-se que a parte autora reside em comarca diversa, às vezes bem distante, vislumbra-se também um prejuízo ao próprio jurisdicionado, pois o ajuizamento em Serra Talhada dificultará sobremaneira a prática de determinados atos de forma pessoal, pelo que deve a ação tramitar na comarca de seu domicílio.

ANTE O EXPOSTO, declaro-me incompetente para processar e julgar a demanda ora em análise, e, por consequência, após o decurso do prazo para interposição de recursos, **determino a remessa dos autos para o foro competente, que no caso é a Comarca de FLORES/PE.**

Serra Talhada/PE, 19 de fevereiro de 2018.


Diógenes Portela S. S. Torres
Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBURGO
Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Fórum Juiz: Juizando Bezerra de Souza, Silva
Rua Carlos Joaquim da Matta, S/N - Lacerdo Neves - CEP: 55040-115
Tongari (81) 3091-3875, 3092-3576 Tongari Fax: (81) 3091-3585
E-mail: varacivil.serra@tjpe.jus.br

Processo nº: 0003714-25.2016.8.17.1370

ajuizadas em nesta comarca Serra Talhada, sendo grande parte delas relacionadas a pessoas que não residem neste município e aqui não se acendemam. Verifico demandas que, em tese, deveriam ter sido ajuizadas nas cidades de Triunfo-PE, Floresta-PE, Flores-PE, Talibira-PE, Afogados da Ingazeira-PE, São José do Egito-PE e, passem, algumas cidades do Estado da Bahia.

O ajuizamento indiscriminado de ações de cobrança de seguro DPVAT quando manifestamente incompetente (relativa) o foro da comarca de Serra Talhada produz indevida concentração de demandas em um único juízo, gerando necessariamente o retardamento da prestação jurisdicional como um todo.

Ademais, por cautela, impede esclarecer que jamais verifiquei alegação de incompetência suscitada pela SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, o que contribui para a perpetuação da mencionada incompetência relativa.

Com isso, se por um lado, como regra, a incompetência relativa não deve ser reconhecida de ofício, por outro, os nunes os indicam **evidente abuso de direito** no ajuizamento de ações de cobrança de seguro DPVAT em Serra Talhada, situação que deve ser rechaçada e controlada pelo Poder Judiciário, inclusive porque, quando intimada para justificar o manejo da demanda no Juízo incompetente (relativa), a parte autora **nada de relevante apresentou**.

Embora se reconheça a aplicação da Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça, o caso em epigrafe é especial, pois o local de ajuizamento da ação não encontra base em qualquer regra processual, não se podendo admitir a escolha aleatória da Comarca em afronta as possibilidades da lei, o que violaria, ainda, o princípio constitucional do juiz natural.

Não obstante a consideração de que a competência territorial e relativa, não sendo passível de análise de ofício pelo Juízo, as normas da CRFB não podem ser olvidadas, cabendo ao Julgador fiscalizar se a demanda foi proposta nos juízos expressamente previstos no CPC. A lei infraconstitucional tem seus limites e parâmetros na Lei Constitucional, de modo que juiz natural é qualquer daqueles que estejam indicados no CPC, nenhum outro. *In casu*, a parte autora criou uma regra nova de distribuição da competência territorial, escolhendo, inadvertidamente, o Juízo da Comarca de Serra Talhada, o que deve ser rechaçado porque a ninguém é dado escolher este ou aquele Juiz para sua causa.

Importante salientar que não se deve confundir a liberdade que a parte tem para ajuizar o feito nos ditames da legislação processual e a competência ser determinada em razão do escritório (do(a) patronat(a)), como foi feito no caso em tela, o que se observa da procuração outorgada pela parte autora, dando conta de que o escritório (do(a) advogado(a)) está localizado na Comarca em que ajuizada a ação, ou seja, Serra Talhada-PE. A situação inaceitável, pois a competência jurisdicional, repito, é determinada pelas regras do Código de Processo Civil, e não para comodidade de acompanhamento processual pelo(a) causidico(a), como forma de vincular uma prestação jurisdicional, sob o pretexto do argumento de que não deve ser efetuada a declinação de ofício da competência relativa.

O Código de Processo Civil é, na verdade, um instrumento para aplicação do direito substantivo, e não pode ser utilizado como entrave da prestação jurisdicional ou como benefício e conveniência das partes.

Deputado Benedito S. L. Costa
Juiz de Direito

Página 3





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
1ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada
Fórum Juiz Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
Rua Cabo Joaquim da Mata, S/N – Tancredo Neves – CEP: 56.909-115
Fone: (87) 3929-3575, 3929-3576 Fone/Fax: 3929-3574/3586
E-mail: veiv01.serrataltahada@tjpe.jus.br

Processo nº: 0003714-25.2016.8.17.1370

Com o advento da Lei nº 13.105/2015 (novo CPC) o paradigma traçado pela Corte Cidadã não foi modificado, pois os arts. 46, *caput*, e 53, V, todos do CPC, estabelecem o seguinte:

“Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. [...]”

Art. 53. É competente o foro: [...].

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.”

Desta forma, **a critério** do(a) interessado(a), a ação de cobrança de valores relacionados ao seguro DPVAT pode ser ajuizada **(a)** no local onde ocorreu o acidente; **(b)** no foro do domicílio da parte autora; ou **(c)** no foro de domicílio do réu.

Não desconheço que, **em regra**, na forma do § 1º do art. 64 do CPC, apenas a incompetência absoluta pode ser conhecida de ofício pelo julgador. Aliás, a falta de alegação em momento oportuno acarreta a prorrogação da (in)competência relativa, nos moldes do art. 65, *caput*, do mesmo diploma processual civil.

A propósito, há muito o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento segundo o qual “*A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício*” (Súmula nº 33).

Contudo, o ordenamento jurídico não pode ser analisado de maneira fragmentada, como se inexistisse ligação entre os mais diversos ramos e temas do Direito. Impõe-se, justamente por isso, realizar uma interpretação sistemática, sob a premissa de que nesta modalidade de interpretação deve-se enfrentar “[...] questões de compatibilidade num todo estrutural, ou seja, compreende o ordenamento jurídico como um todo dotado de unidade e, por isso mesmo, regido por cânones de hierarquia (norma superior prevalece sobre a inferior), temporalidade (norma mais nova revoga a norma mais antiga) e especialidade (norma especial não revoga a norma geral, mas cria uma situação de coexistência, sendo aplicada no que for esta especialidade)¹⁷”.

Nesse contexto, se de um lado a competência relativa, como regra, não pode ser conhecida de ofício pelo Juiz, de outro o art. 5º do CPC determina que “*aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé*”, sendo que “*todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva*” (art. 6º do CPC).

Não bastasse isso, o diploma processual civil estipula que “*Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência*” (art. 8º do CPC).

Assim, interpretando os dispositivos legais acima indicados, entendo que mesmo considerado a hipótese de (in)competência relativa, deve a parte verificar qual o Juízo mais adequado para apreciar a demanda, sob o prisma da **boa-fé** e do **princípio da cooperação**, até

¹⁷ Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional / Bernardo Gonçalves Fernandes. - 3.ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Diógenes Portela S. S. Torres
Juiz de Direito

Página 2

